

Saúde e Segurança do Trabalhador

Coordenador do PGSST da Unesp faz um balanço do Programa

O médico Ary Galasso, coordenador do Programa Geral de Saúde e Segurança do Trabalhador (PGSST) da Unesp, faz um balanço favorável destes primeiros meses de implantação do programa. Embora tenha sido criado em 2001, como mostra *box* abaixo, o PGSST engrenou de fato a partir do início de 2006. Como diz respeito a aspectos importantes da vida dos trabalhadores da instituição – saúde e segurança – o Sindicato tomou a iniciativa de reunir as principais dúvidas apresentadas pelos servidores, que o coordenador procura esclarecer na entrevista que segue. Ele fala do cronograma de trabalho do PGSST, das principais iniciativas em andamento, da relação com as Unamos, sobre as perícias médicas e outros. Acompanhe:

Andamento do cronograma

Galasso avalia que o andamento do cronograma estabelecido pelo Conselho Gestor do PGSST está dentro do programado. As principais iniciativas foram a implantação do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e a elaboração do laudo do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) na maioria das unidades (estima-se que em 60% delas). Uma equipe externa, contratada pela unidade universitária, fez o levantamento dos riscos a que cada servidor está sujeito em seu ambiente de trabalho e elaborou os laudos do PPRA e PCMSO. No PCMSO, estará determinada a periodicidade e a quais exames complementares esse servidor deverá ser submetido. “A nossa expectativa é que estas informações estejam à disposição das Unamos em Outubro”, diz o coordenador do PGSST. Dessa forma, todos os servidores, mesmo que não apresentem queixas clínicas, passarão por avaliação médica periódica, que deverá ser realizada pelos médicos das Unamos. A previsão é que, em toda a Universidade, o conjunto das Unamos passará a realizar cerca de 10.200 exames periódicos por ano, além de aproximadamente 600 admissionais.

Uma meta ainda não colocada em prática, segundo Galasso, é a formação das comissões médicas para estudar os riscos por profissão, o que deve aconte-



Ary Galasso, coordenador do PGSST

tecer em breve, “Estas comissões terão a função de estudar formas de prevenir os riscos e problemas apontados pelo PPRA.”

Galasso informa, ainda, que o PGSST pretende implementar cursos (em sua maioria, à distância) para médicos, profissionais das Unamos, pessoal de RH etc.

Unamos

As Unidades de Atendimento Médico, Odontológico e Social (Unamos) foram criadas em 1993. Hoje, a Universidade conta com 16 Unamos e 35 médicos. Destes, 14 são especializados em Clínica Geral, 12 em Pediatria e 8 em Ginecologia e Obstetria. Galasso explica que as Unamos não estão subordinadas administrativamente ao PGSST, sendo

que essa atribuição cabe à Diretoria Técnica de Administração (DTAd) de cada unidade da Unesp. O que acontece é que o PGSST, assim como o Sistema de Perícias Médicas da Unesp, não contam com estrutura própria e, por isso, utilizam a organização das Unamos.

Dentro dessa perspectiva, o PGSST passou a estimular um conjunto de iniciativas para revitalizar as Unamos. Em junho deste ano, foi realizado o I Encontro de Unamos e a idéia é que novos encontros aconteçam a cada dois meses, na forma de rodízio entre as unidades. Neste I Encontro, também estavam presentes representantes de RH, pois um dos pontos de pauta foram as novas normas relativas às perícias (*veja tópico a seguir*). Já está agendado para os próximos dias 3 e 4 de outubro, em Guaratinguetá, o II Encontro das Coordenadoras de Unamos, que dará continuidade ao processo. “O papel do PGSST, nesse sentido, é criar caminhos para que as Unamos se reorganizem”, enfatiza Galasso. Ele relata que, a pedido do CADE, produziu um longo documento sobre as Unamos, falando de sua história, atribuições, papel em relação às perícias, estrutura atual e necessidades. “Este relatório está servindo de subsídio a uma comissão especialmente criada pelo CADE para estudar as Unamos e propor soluções”.

Perícias médicas

Desde a sua criação, em 2001, foi delegada ao PGSST a indicação das Unamos para a realização das perícias. Em 2003, a Unesp ofereceu aos médicos das Unamos um curso de habilitação em perícia e, após o seu término, todas as unidades passaram a contar com peritos (há 14 atualmente). Apenas o campus de Botucatu conta com dois peritos exclusivamente contratados para este trabalho. No momento, são realizados cerca de 4.500 exames médico-periciais por ano em todas as unidades, que incluem as perícias para licença para tratamento de saúde, readaptação, aposentadoria, manutenção de vale transporte e alimentação, isenção da retenção de imposto de renda na fonte e outros. A perícia sempre é feita por um profissional de outra unidade, para que não ocorra a situação de que o perito avalie o seu próprio paciente. No caso das perícias simples, o coordenador

do PGSST diz que um problema tem sido a substituição do perito em caso de férias, licença etc. Este é um dos assuntos que deverá ser estudado pela comissão criada pelo CADE.

Quando o afastamento do servidor supera a 90 dias, a perícia passa a ser feita por uma junta médica, neste caso sempre em Botucatu. O problema, segundo Galasso, tem sido a dificuldade de adesão de especialistas ao sistema, necessários nos exames de junta.

Cipas

Tecnicamente, as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipas) também se subordinam ao PGSST. Galasso informa que a primeira iniciativa foi unificar as datas de eleição, sem que isso significasse encurtar os atuais mandatos. Ele espera que este processo esteja concluído em três anos. Uma primeira eleição conjunta foi realizada em maio deste ano. A estimativa é que 60% delas estejam funcionando com regularidade atualmente e cumprindo seu papel preventivo. “Nossa preocupação é romper com uma forma antiga de tratar o problema da análise de doenças e acidentes do trabalho, que carregava um aspecto de **investigação** ao invés de **análise**, que procurava determinar culpados para o acidente”, pondera o coordenador do PGSST. A meta é realizar cursos para difundir uma visão mais moderna sobre o assunto, que procure estabelecer as condições e como ocorreram os acidentes, e não quem são os “culpados” por ele. O novo enfoque nessa análise baseia-se nos estudos elaborados por dois docentes da Unesp de Botucatu: Maria Cecília Binder e Ildeberto de Almeida, que vêm balizando, inclusive, a ação do Ministério da Saúde.

Resíduos

O coordenador do PGSST explica que, quando se pensa em iniciar o gerenciamento de resíduos, é preciso distinguir os perigosos e os não perigosos. A Pró-Reitoria de Administração da Unesp (PRAD) criou, recentemente, o Programa de Gerenciamento de Resíduos (PGR) e contratou a engenheira química Janaína Conrado Lyra da Fonseca para conduzi-lo. Galasso e Janaína fizeram um curso sobre o assunto e a idéia é que o PGSST trabalhe em conjunto com o PGR. “A questão dos resíduos tem relação direta com a saúde do trabalhador”, justifica. O PGR está em fase de reconhecimento dos resíduos perigosos nas unidades e prevê, em cada uma delas, a criação de comissões para cuidar do problema. O PGR também está estudando o passivo em cada unidade, ou seja, o que já existe em termos de resíduos e o que fazer com eles.

Como foi criado o PGSST

O Programa Geral de Saúde e Segurança do Trabalhador (PGSST) foi criado por meio da Portaria Unesp nº 413, de 13/9/2001. Seu Conselho Gestor conta com representantes do Sintunesp (Rosana Aparecida Bicudo da Silva, de Botucatu, coordenadora de Saúde do Sindicato, e Ademir Machado dos Santos, de Guará, conselheiro no CADE) e da Adunesp (o professor Nelson Silva Filho, de Assis).

Após várias tentativas de implantação, o PGSST ganhou corpo a partir deste ano, com a definição de um plano de trabalho, que tem os seguintes objetivos:

- Estudo da morbidade na comunidade universitária, identificando danos/doenças relacionados ou não com o trabalho;
- Definição de intervenções na área da saúde;
- Proposição de políticas de prevenção no âmbito da Unesp;
- Implantação do Sistema de Perícias Médicas da Unesp;
- Implantação dos programas específicos de saúde e segurança no trabalho (entre eles, a atualização ou elaboração dos mapas de risco de todos os setores);
- Implantação de programa de revitalização das Cipas;
- Adequação das atividades e revitalização das Unamos;
- Estabelecimento de parâmetros para benefício por insalubridade;
- Criação de comissão para implantar e manter um Programa de Proteção do Meio Ambiente.